

Título original:  
*Novos proletários:*  
*A precariedade entre a "classe média" em Portugal*  
© Cooperativa Outro Modo, os autores e Edições 70, 2012  
Capa de FBA  
Depósito Legal n.º 349234/12

**Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação**

NOVOS PROLETÁRIOS  
Novos proletários: a precariedade entre a "classe média"  
em Portugal/org. José Nuno Matos, Nuno Domingos.  
– (Le monde diplomatique; 4)  
ISBN 978-972-44-1719-6

I – DOMINGOS, Nuno  
II – MATOS, José Nuno

CDU 331  
316

Paginação:  
Jorge Sêco

Impressão e acabamento:  
PAPELMUNDE, SMG, LDA.  
para  
EDIÇÕES 70, LDA.  
em  
Outubro de 2012

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa  
por Edições 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.

EDIÇÕES 70, Lda.  
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 1.º Esq.º – 1069-157 Lisboa / Portugal  
Telefs.: 213190240 – Fax: 213190249  
e-mail: geral@edicoes70.pt

[www.edicoes70.pt](http://www.edicoes70.pt)

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,  
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,  
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.  
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível  
de procedimento judicial.

# Novos Proletários

## A precariedade entre a «classe média» em Portugal

ORGANIZAÇÃO DE:  
JOSÉ NUNO MATOS e NUNO DOMINGOS



LE MONDE *diplomatique*  
edição portuguesa

## ÍNDICE

Introdução	
<i>Nuno Domingos e José Nuno Matos</i> .....	7
Dinâmicas de Crescimento nas Profissões Intelectuais e Científicas. Mobilidade para todos ou diferenciação?	
<i>Vasco Ramos</i> .....	15
Precariedade: modos de usar	
<i>Ricardo Noronha</i> .....	29
A massificação da precariedade juvenil	
<i>Magda Nico</i> .....	43
«Profissão: bolsheiro»: perspectivas e perplexidades das políticas de ciência em Portugal	
<i>André Pirralha</i> .....	57
Estatuto da carreira docente do politécnico: como manter a precariedade	
<i>Marta Pinho Alves</i> .....	67

O meu local de trabalho é um apartamento no Marquês de Pombal	
<i>Ana Bigotte Vieira</i> .....	79
A proletarização da advocacia	
<i>Pedro Rita</i> .....	91
Vamos brincar aos jornais	
<i>João Pacheco</i> .....	101
Jovens jornalistas: entre sonho e desesperança	
<i>Liliana Pacheco</i> .....	109
Da transformação do trabalho: o caso dos seguros	
<i>Nuno Domingos</i> .....	123
Negreiros dos tempos modernos: sobre a deslocalização interna de serviços de <i>call-center</i>	
<i>José Nuno Matos e Luís Miranda</i> .....	141

## INTRODUÇÃO

NUNO DOMINGOS e JOSÉ NUNO MATOS

Em *Precários em Portugal. Da fábrica ao call center*<sup>1</sup> procurou-se refletir sobre o modo como o processo de precarização laboral em curso atingia um conjunto de profissões material e simbolicamente menos qualificadas. Um conjunto de estudos de casos focou o universo do trabalho na construção civil, nas indústrias do Vale do Ave e do Vale do Sousa, nas grandes superfícies comerciais, nos *call-centers*, no trabalho doméstico, mas também a situação laboral dos emigrantes e a condição dos desempregados. Em *Novos Proletários* esta análise prossegue com um olhar sobre o modo como a precariedade, ao impor-se como um modelo global de gestão do trabalho, se estende também a profissões e atividades qualificadas. Este volume apresenta reflexões de enquadramento sobre esta questão, desde as

<sup>1</sup> José Nuno Matos, Nuno Domingos, Rahul Kumar (orgs.), *Precários em Portugal. Da fábrica ao call centre*, Lisboa, Edições 70, 2010.

dinâmicas recentes de mobilidade social na sociedade portuguesa (Vasco Ramos), até à integração laboral dos jovens (Magda Nico), passando pela relação da precariedade com formas de organização política (Ricardo Noronha). De um ponto de vista mais específico, apresentamos investigações e reflexões sobre os bolseiros de investigação científica (André Pirralha), os professores do ensino politécnico (Marta Pinho Alves), os artistas de teatro (Ana Bigotte Vieira), os jornalistas (artigos de João Pacheco e de Liliana Pacheco), os advogados (Pedro Rita), os empregados de seguros (Nuno Domingos) e as condições e lutas laborais dos empregados subcontratados no setor terciário, focando novamente o caso dos seguros (José Nuno Matos e Luís Miranda). Ao terminarmos com um texto sobre a condição do trabalho nos *call centers*, tema já tratado no primeiro volume, queremos salientar a sua posição central nos processos de proletarização atual, estabelecendo-se como uma atividade que recorrendo a mão de obra qualificada oferece condições de trabalho semelhantes à de tantos outros setores precarizados. Por fim, ficam por tratar neste volume alguns casos fundamentais para a compreensão da proletarização das atividades qualificadas. No quadro mais geral da precarização do setor público, a atual situação dos enfermeiros e dos professores, sujeitos ao processo de mercantilização da saúde e da educação em Portugal,

é um dos exemplos mais evidentes da proletarização e da alteração da morfologia da organização laboral.

Os textos apresentados permitem enunciar problemas distintos, que aqui não iremos desenvolver com profundidade. Uma primeira questão relaciona-se com o valor da educação enquanto recurso fundamental para a obtenção de uma posição laboral. Este problema merece ser tratado com cuidado. Desde logo existe o perigo de se colocar o valor do conhecimento sobre a dependência de uma satisfação económica, legitimando as conceções que advogam dever estar o ensino ao serviço da produtividade. O conceito de *capital humano*, por exemplo, tão utilizado por governantes, economistas e outros especialistas, é maioritariamente entendido como o conjunto de recursos individuais que potenciam o aumento da produtividade. Sob esta perspetiva, qualquer reflexão sobre a importância da transmissão de conhecimento, o desenvolvimento de autonomias individuais e do espírito crítico, se reduz de forma dramática. Tendo a crítica a esta ideia como princípio a partir do qual se deve pensar o ensino, não é possível eliminar da discussão sobre a sua função as aspirações dos indivíduos e famílias que investem na educação com o intuito de assim alcançarem uma condição material e simbólica diferente daquela dos seus pais ou avós. Esta ambição de mobilidade social é evidentemente legítima e a sua

frustração coloca óbvias questões à organização do sistema de ensino. Os dados existentes provam que a posse de capital escolar oferece melhores condições para os indivíduos obterem um emprego, ou seja, que quem tem mais competências escolares consegue, por norma, uma remuneração mais elevada.

Tal informação contraria os discursos que negam a função do sistema de ensino enquanto instância de promoção social. No entanto, este princípio geral não contraria a ideia de que os diplomas estão hoje em Portugal a sofrer um processo rápido de desvalorização. Este processo dá origem a um sentimento de frustração, tanto mais sensível quanto maior o esforço familiar e individual, medido no tempo não produtivo, ou menos produtivo, que resultou da dedicação aos estudos. A escola e a universidade assumem-se cada vez mais como instâncias de reprodução de uma condição de classe, fator intensificado pelas recentes políticas educativas, que tendem a reforçar a mercantilização do ensino. A relação entre escolas e universidades e o mercado de trabalho, entre tipo de curso e nível de graduação, e as categorias laborais dentro das profissões parece aprofundar-se<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Veja-se, a este propósito, sobre o caso dos advogados, Miguel Chaves, *Confrontos com o Trabalho entre Jovens Advogados: as Novas Configurações da Inserção Profissional*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

A educação, por si só, não resolve problemas que se encontram na própria organização produtiva. É na organização produtiva que se encontram as bases da proletarização de profissões consideradas até há poucos anos como um reduto de uma posição social estável. Os setores dos serviços, que sobretudo depois da Segunda Grande Guerra, significam para muitos a fuga a um passado familiar vinculado ao trabalho nos setores agrícola e industrial e a entrada na chamada classe média encontram-se hoje sob grande transformação. As atividades de «colarinho branco» e as profissões liberais, apesar de manterem um estatuto simbólico, oferecem hoje, para parte substancial dos trabalhadores, condições de trabalho e remuneratórias que estão longe de proporcionar uma existência minimamente segura.

Um dos aspetos mais salientes dessa alteração é a extensão de estágios não remunerados, de trabalho temporário e de falsos recibos verdes a postos que, tradicionalmente, pertenciam ao núcleo central da atividade de uma empresa. Um processo, aliás, apresentado como uma equiparação entre todas as categorias (por baixo, como é óbvio) e, mais do que isso, como um processo de libertação do indivíduo das grilhetas do contrato. A expansão de conceitos como o de «projeto» ou de «colaborador», em substituição de «trabalho» e de «trabalhador», constitui

a expressão ideológica de tal processo, apostado em fazer da representação conceptual de interesses de económicos a mais eminente das verdades.

A tão ambicionada promessa de autonomia na atividade redunda, contudo, em objetivos de produção mais ambiciosos (do qual depende uma boa parte do rendimento, fracionado num salário base e num prémio de produtividade), em horários de trabalho alargados para lá do razoável, em níveis acumulados de *stress*, na incapacidade para projetar um futuro próximo. Independentemente do nível de qualificação e da posição, a condição de precário tende a ser identificada pelo que se está disposto a aceitar para auferir de um mínimo sentimento de segurança, que no final nunca se chega a obter.

Ligadas historicamente a processos de mobilidade social, as profissões qualificadas sugerem a existência de fortes aspirações individuais, que podem dificultar a criação de um sentimento coletivo. Em categorias profissionais intermédias, a individualização do vínculo laboral acentua relações competitivas, por sua vez reforçadas pela incessante procura por uma segurança existencial. É certo que muitos encaram o trabalho precário como uma etapa, uma transição para outra condição, mais próximas das suas aspirações de alcançar a classe média. No entanto, a longevidade deste processo e a sua mais do que aparente continuação

coloca questões importantes sobre as possibilidades de mobilização política deste grupo. Neste sentido, não podemos deixar de salientar estarmos perante um conjunto de políticas que visam colocar diferentes setores da sociedade sob uma mesma condição, criando assim oportunidades para um maior conhecimento e interação entre quem outrora se encontrava separado por barreiras materiais e simbólicas.

Perante tal desafio, a organização será sempre mais interessante que o desespero.